

A política pública de educação profissional no Brasil: descaso, conveniência, avanço e retrocesso**The public policy of professional education in Brazil: neglect, convenience, advance and setback**

DOI:10.34117/bjdv6n7-333

Recebimento dos originais: 10/06/2020

Aceitação para publicação: 13/07/2020

Fabiana Morais de Carvalho

Mestra em Avaliação de Políticas Públicas – UFC, Especialista em Gestão Escolar, graduada em Pedagogia, Docente da área de Currículo e Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE
E-mail: fabiana.carvalho@ifce.edu.br

Christiane Cruz Pereira

Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública - UFJF, Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, graduada em Pedagogia. Consultora Educacional e Supervisora de Projetos do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
E-mail: aptusconsultoriabrasilportugal@gmail.com

Danielle Maia Cruz

Pós doutora em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, colaboradora do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP da Universidade Federal do Ceará UFC
E-mail: dmaiacruz7@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem a intenção de promover uma análise reflexiva a respeito da Educação Profissional no Brasil, ao longo de sua trajetória histórica e dual, ofertada desde seu modelo de Política Pública, puramente assistencialista, aos modelos de conveniência do sistema econômico e capitalista do país. Aborda-se as relações entre Estado e sociedade, poder e Políticas Públicas num imbricado contexto conflituoso durante séculos de exploração e dominação. Faz-se ainda a apresentação de um modelo de educação profissional integrada ao ensino médio, experiência do Ceará, a qual nasceu durante a Política nacional de educação do Governo Lula e tem-se estendido aos dias atuais. As principais linhas teóricas que baseiam o estudo são centradas na associação entre educação e trabalho, sendo este último conceituado enquanto princípio educativo e na formação integral dos estudantes. É realizada uma pesquisa de campo, de abordagem quantitativa e amostra aleatória, na escola de educação profissional do município de Acaraú-CE, com os sujeitos beneficiários desta experiência educacional, que concluíram a educação profissional integrado ao ensino médio, em 2017. O trabalho aponta para um avanço na educação profissional, a partir da proposta do governo Lula e executada, no Ceará, pelo governo Cid Gomes. Em 2017, o governo Michel Temer realiza alterações legais que modificaram a estrutura do ensino médio sinalizando um retrocesso ao modelo vigente.

Palavras-chave: Educação Profissional, Integrada, Política Pública, Avanço

ABSTRACT

This article intends to promote a reflective analysis about Professional Education in Brazil, along its historical and dual trajectory, offered from its purely welfare policy model to the convenience models of the country's economic and capitalist system. The relationship between State and society, power and Public Policies is approached in an overlapping conflictual context during centuries of exploitation and domination. A model of professional education integrated with high school is also presented, an experience from Ceará, which was born during the Lula government's national education policy and has been extended to the present day. The main theoretical lines that base the study are centered on the association between education and work, the latter being conceptualized as an educational principle and in the integral formation of students. A field research, with a quantitative approach and a random sample, is carried out at the school of professional education in the municipality of Acaraú-CE, with the beneficiaries of this educational experience, who completed professional education integrated with high school in 2017. The work points out for a breakthrough in professional education, based on the Lula government proposal and implemented in Ceará by the Cid Gomes government. In 2017, the Michel Temer government made legal changes that modified the structure of high school, signaling a regression to the current model.

Keywords: Professional, Integrated Education, Public Policy, Advancement

1 INTRODUÇÃO

Segundo Costa (2015), no imbricado contexto das relações entre Estado centralizador e sociedade que necessita de regulação, dadas às extremas desigualdades, e frente ao seu processo de formação econômica e social, a ideologia de desenvolvimento começa a ocupar espaço em todas as esferas do país, impostas, historicamente, em forma de dominação e exploração.

Neste sentido, as Políticas Públicas tradicionalmente nesta nação, tem-se configurado como políticas compensatórias não ocasionando mudanças estruturais, em especial, as regionais que têm se desenhado como apêndices e não o centro das preocupações das Políticas Públicas (ARAÚJO, 2003).

Na vertente da Educação não tem sido diferente, segundo Ramos (2011), ao longo do percurso brasileiro não houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional.

Os discursos, expressos acima, encontram-se dispostos ao longo deste artigo que objetiva uma análise reflexiva a respeito da História da Educação Profissional do Brasil que se faz, enquanto Políticas Públicas de Educação, com descaso, conveniência, avanço e retrocesso. As linhas teóricas entrelaçam-se e convergem no ponto da necessidade de mudanças estruturais que precisam ser realizadas com a participação efetiva da sociedade: atores e sujeitos não só destas políticas públicas, mas de uma sociedade que se pretende desenvolver a partir da redução das desigualdades.

Uma experiência que aponta para um avanço no sentido da integração da educação e trabalho é apresentada, embora a mesma possa reafirmar o apêndice explicitado no segundo parágrafo desta introdução. Uma rápida amostra dos sujeitos beneficiários deste modelo educacional é apresentada, ao final do trabalho, onde os mesmos assinalam para o desenvolvimento integral que vivenciaram, nos três anos, da educação profissional integrada ao ensino médio, implementado na rede estadual do Ceará.

A questão que se pode considerar ao final deste trabalho, em meio às reflexões suscitadas, é a fragilidade das Políticas Públicas que se não fazem estruturais tendem ao desmonte, na medida em que, outras Políticas governamentais de conveniência econômica dão lugar às questões sociais e isto de forma autoritária e antidemocrática.

Compreender Políticas Públicas - PP no Brasil é uma ação desafiante, ao tempo que se caracteriza como necessária ao cidadão que se faz sujeito de sua realidade. De acordo com Costa (2015) o Estado contemporâneo que vivenciamos constitui-se como um Estado de Políticas Públicas que se configura conflituoso, uma vez que se estrutura através do monopólio do poder e ao mesmo tempo representa a diversidade, a desigualdade, a pluralidade, dentro de um mesmo contexto histórico.

2 POLÍTICA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

As Ciências Sociais vêm apresentar a complexidade dessa relação no que concerne à realidade brasileira tendo em vista sua formação histórica, social, econômica, cultural e identitária que se consolida através de séculos de exploração e dominação. Em todos os campos deste país continental as desigualdades, também, constituem-se gigantescas e isso tem acarretado a necessidade de um Estado regulador, mas que ao longo de nossa história só se fez centralizador a atender uma minoria elitizada:

O Estado brasileiro é, tradicionalmente, centralizador. A pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador. Nós não temos tradição de Estado regulador, mas de Estado fazedor, protetor; não temos tradição de Estado que regule, que negocie com a sociedade os espaços políticos, o que só hoje estamos aprendendo a fazer. (ARAÚJO, 2003, p.2)

Nesse sentido temos um histórico na contramão de um Estado que, tradicionalmente, não dialoga com a sociedade e que por sua vez tem reflexos fundantes de Estado autoritário advindo de longos e marcantes períodos ditatoriais implicando nas bases das Políticas Públicas nacionais (ARAÚJO, 2003). O que podemos observar fortemente é que as PPs têm sido muito mais políticas

econômicas funcionando como ajustes compensatórios, cujo foco sempre foi o crescimento e não o desenvolvimento real da nação.

De acordo com Costa (2015) neste imbricado contexto de relação podemos ver surgir a partir dos anos de 1990 a organização de estruturas de participação que reivindicam não apenas mais políticas, mas também novas formas de fazê-las numa dinâmica que foge a tradição. Emergem para tanto alguns atores como os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que começam a demandar as Políticas Públicas criando várias tensões. Estes passam a exigir uma participação mais efetiva da sociedade em todo ciclo que constitui as políticas Públicas bem como nas identidades associadas às demandas.

Na vertente educacional não tem sido diferente. Ao longo da História da Educação brasileira é possível observar uma nítida separação entre a educação para o povo e a educação para a minoria – elite brasileira. É neste sentido que Araújo (2003) expressa “A educação, por exemplo, é tratada como uma mercadoria; só é acessível a quem pode pagá-la. Então, contrapomos a essa visão nosso ponto de vista de que educação é um bem público e, portanto, é dever do Estado.” Neste percurso centenário de um país de economia primária e escravista a educação oportunizada sempre satisfaz ao modelo econômico vigente sempre dependente da exploração internacional.

As imposições do sistema capitalista através das agências multilaterais determinaram as várias reformas educacionais pelas quais passamos desde a década de 1940 aos dias atuais. Fazendo oposição aos modelos ofertados, com maior enfoque a partir da década de 1930, evidenciou-se grupos de intelectuais e educadores imbuídos da esperança de democratizar e transformar a sociedade por meio da escola não dualista, superando a tradição do ensino acadêmico à elite e o ensino profissional aos pobres reproduzindo cada vez mais as desigualdades sociais.

Todavia a questão da escola pública só começou a ter enfoque a partir de um cenário de várias discussões e pressões em 1988, por meio de importantes garantias conquistadas pela Constituição Cidadã e, posteriormente, em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394. Esta criticada por seu caráter minimalista em vários aspectos importantes e também por seu caráter autoritário dispensando o outro Projeto que tivera a participação da Sociedade.

Desta forma, a participação social se faz cada vez mais necessária nas decisões dos sistemas educacionais e programas que venham a ser desenvolvidos, enquanto Políticas Públicas, no âmbito escolar, levando em consideração as características culturais de cada realidade e tendo em vista também a formação para o trabalho como princípio educativo, contrária à prática de dominação como expressado por Freire (2002), mas possibilidade para a prática da liberdade.

3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Os primeiros indícios do que podemos caracterizar de educação profissional se dá a partir de 1809, com a vinda da Família Real, que cria o Colégio das Fábricas, voltado para o ensino das primeiras letras e iniciação dos ofícios, cujo público alvo era crianças pobres, órfãos e abandonados. Portanto, educação de caráter assistencialista, objetivando “amparar os órfãos e desvalidos da sorte”, para a manutenção da ordem social vigente, o que se perpetuou por todo século XIX.

No início do século seguinte, com período republicano e suas características econômico sociais o modelo assistencialista “sai de cena”, ou muda o público alvo, podemos assim dizer, para dar lugar ao modelo de preparação de operários para o exercício da profissão. Em 1909, Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes e Artífices, atendendo, prioritariamente, os campos da agricultura e indústria. Após este período, nas décadas de 30 e 40 o país passa por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais advindas do desenvolvimentismo industrial e tecnológico. A Reforma Francisco Campos em 1931, aponta para um comprometimento com o ensino secundário, dando-lhe conteúdo e seriação própria, todavia com um currículo de caráter enciclopédico, enquanto os ramos da educação profissional permanecem no descaso, criando-se dois sistemas independentes.

Segundo Ramos (2011), a ideologia de desenvolvimento começou a ocupar espaço na vida econômica e política do país, todavia não houve qualquer preocupação consistente com o ensino técnico, científico e profissional, oficializando-se o dualismo configurado por um segmento enciclopédico e preparatório para o ensino superior e outro profissional independente e restrito em termos da configuração produtiva e ocupacional. Dois marcos neste período trouxeram ganhos no âmbito educacional: a Constituição de 1937 e a Lei Orgânica na Gestão do Ministro Gustavo Capanema, todavia ganhos no sentido de organicidade em relação ao ensino secundário e profissional, sem nenhuma relação entre os dois.

Na década seguinte, governo de Juscelino Kubitschek, as mudanças foram de ordem do capital estrangeiro e a formação dos trabalhadores tratadas como necessidade da expansão industrial, entretanto como um capítulo à parte da política educacional. Neste período, o Decreto Nº 47.038 de 1959 definiu as escolas técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico. Observa-se, portanto, o Estado assumindo parte da qualificação da mão de obra como ação do plano dos investimentos públicos. Em meio a discussões acirradas entre rede pública e privada nasce a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 4.024 de 1961, tendo como fato relevante para a educação profissional a equivalência com o ensino médio, podendo os concluintes ingressarem no nível superior. Quebrou-se, também, a rigidez do currículo, podendo o Estado e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas.

Com o Golpe de 1964 se intensifica a abertura da economia ao capital estrangeiro e a qualificação de trabalhadores foi associada a este movimento. Em 1965 é criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) paralela ao Programa de Intensivo de Formação de Mão de obra (PIPMO), ambos de gênese do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho, respectivamente. Neste contexto, em 1971, a Lei de Diretrizes da Educação Nacional Nº 5.692, torna compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau, significativa do ponto de vista da relação educação e produção capitalista. RAMOS (2011) explicita que o ensino técnico passa a ter uma crescente formação propedêutica contrapondo-se ao propósito de contenção do acesso ao Ensino Superior. Neste período também tivemos a transformação de algumas Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Em 1982, a Lei 7.044 extingue a profissionalização obrigatória no 2º grau, substituindo a redação da Lei 5.692/71, a citar: de “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”, isto como elemento da formação integral do aluno. Com a redemocratização do país após a ditadura, forte crise mundial e nacional, a ação do governo frente a educação profissional teve uma marca de cunho populista com a expansão da rede federal, implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas em um contexto sem claras perspectivas econômicas, políticas e sociais. Do período de gestão que vai do Governo Sarney, Fernando Collor de Melo até Itamar Franco tivemos um discreto movimento de fortalecimento da educação profissional e tecnológica no país, quando se ampliou as funções das instituições federais.

A comunidade educacional juntamente com a sociedade civil se mobilizava em torno de uma proposta de reestruturação do ensino médio, numa visão unitária à educação básica, que fosse desde a educação infantil até o ensino médio e ainda da vinculação da educação à prática social, tendo o trabalho como princípio educativo. Saviani (2007) expressa um ideário de ensino médio recuperando a relação entre conhecimento e a prática do trabalho, explicitando como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Desta forma, o ensino deveria propiciar o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas da produção e não o mero adiestramento em técnicas produtivas, ou seja, domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno – Politecnia (FRIGOTO, 2005).

O modelo de educação pautado na formação politécnica buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, na qual o ensino integrasse ciência, cultura e tecnologia agregada ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Desta forma o estudante teria a possibilidade de construção do seu projeto de vida, socialmente determinado, culminando com uma formação integral. Este modelo era contrário ao ensino técnico de nível médio idealizado na Lei 5.692/71, que “resumia” a formação geral em detrimento à formação específica.

O projeto de uma LDB, pautada no desenho dos educadores progressistas supracitado, foi apresentado pelo deputado, Octávio Eliseo, dois meses depois da promulgação da Constituição de 1988, com o objetivo de trazer avanços significativos para a educação nacional democrática e de qualidade. Todavia, este projeto foi derrotado pelo projeto apresentado pelo senador Darcy Ribeiro (RAMOS, 2011).

O projeto enviado à Câmara dos Deputados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, conhecido como Projeto de Lei Nº 1.603/96, separava a educação profissional da educação regular, com um ensino técnico independente do ensino médio, ofertado de forma concomitante ou subsequente. A estrutura versava sobre ensino modular com certificado de qualificação e no seu conjunto, equivaler à habilitação técnica de nível médio. Como causou muitas divergências o projeto foi esquecido, aprovado o projeto do Senador Darcy Ribeiro sobre a forma da Lei Nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual apresentava um caráter minimalista no que se referia a Educação Profissional, com a “intenção” de regulamentação posterior, que aconteceu como esperado a partir do Decreto 2.208 de 1997.

Em 2003, o Governo Lula assinala disposição para reorganizar a Política de Educação Profissional e Tecnológica do país. Após debates realizados entre o Ministério da Educação e Sociedade Civil frente ao redirecionamento da educação, o Decreto Nº 2.208/97 foi revogado pelo Decreto Nº 5.154/2004, cujos fundamentos buscavam restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, enquanto direito das pessoas e necessidade da nação. Inúmeros problemas, principalmente da própria estrutura do MEC, impediram a devida execução da essência do decreto, mesmo neste cenário, o Ministério da educação assinou convênio com vários estados para a implantação do ensino médio integrado.

A partir da segunda metade do Governo Lula, importantes políticas foram direcionadas à educação profissional e tecnológica. Neste momento, a SETEC publica o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada à Educação Profissional, visando orientar os sistemas estaduais de ensino, com base na integração entre trabalho, ciência e cultura. Em 2008 a Lei Nº 11.741 altera a LDB incorporando os termos do Decreto Nº 5.154/2004. A finalidade desta emenda foi redimensionar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica.

Durante o governo Dilma Rousseff deu-se a continuidade aos investimentos no tocante a educação profissional, que teve início no governo de esquerda, em especial com a expansão do PRONATEC, tema de enfoque durante sua campanha para o segundo mandato. A presidenta sofreu impeachment em 2015, assumindo, em 2016, o vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência e fez ajustes econômicos com efeitos diretos nos sistemas de educação e saúde do país. A Proposta

de Emenda Constitucional, nº 241/2016 (PEC 241), alterou o Ato das disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal num exercício de 20 anos. Estabeleceu-se assim, um limite individualizado para despesa primária total dos três poderes, o cálculo para os investimentos diretos no setor público, estabelecendo um teto para investimentos na área. Dessa forma, os cortes que já vinham sendo efetuados no governo de Dilma passam a crescer consideravelmente, refletindo, especialmente, nos recursos dos programas e projetos voltados para políticas públicas sociais.

Segundo disposto no Portal do MEC, durante o governo Temer, com respeito à política de Educação Profissional, os incentivos se voltaram para o MEDIOTEC e o PRONATEC VOLUNTÁRIO, ambos programas pertencentes ao PRONATEC, os quais demandaram o investimento de recursos insignificantes se comparados com o ensino médio integrado e tecnológico, incentivando principalmente a relação da educação profissional concomitante com as instituições privadas e com vista a atender a demanda do terceiro setor.

No modismo das Medidas Provisórias, que marcou o governo de Temer como desvinculado da participação social, a Medida Provisória 746/2016 propôs uma Reforma no Ensino Médio, a qual, após cinco meses, tomou forma na Lei 13.415/2017. As alterações propostas constituem mudanças de caráter estrutural, alterando a LDB e modificando a carga horária e a matriz curricular, especialmente, no que tange à educação profissional integrada ao ensino médio. Conforme regulamentação, o aluno terá que optar por uma área específica de formação, sendo a educação profissional uma delas, promovendo assim, a desvinculação entre educação e trabalho, na contramão da proposta da Lei nº 11.741/2008 de integração entre o ensino médio e técnico do governo Lula.

4 O MODELO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NO CEARÁ, A PARTIR DE 2008

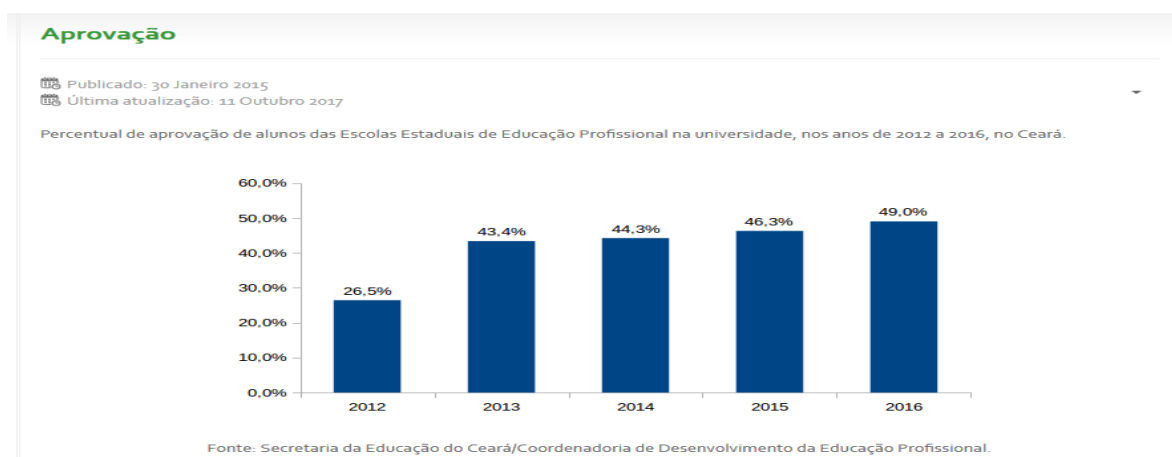
No contexto nacional, em 2008, segundo mandato do Presidente Lula, a vertente da Política Pública de Educação Profissional apresentava-se em crescente desenvolvimento. Amparada pelas modificações advindas do Decreto 5.154/04, tomou forma de Lei no mesmo ano – Lei nº 11.741/2008 e partir de então, o governo federal passa a promover ações de incentivo aos estados com o objetivo de fortalecer uma política nacional.

Neste período, o estado do Ceará, estava sendo governado por Cid Gomes, do Partido Socialista Brasileiro – PSB, aliado da base do governo, que em março de 2008, lança o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, fruto de compromisso político firmado em programa de governo divulgado durante a campanha nas eleições de 2006.

O Plano Integrado foi gestado a partir da discussão de várias instituições e órgãos públicos que atuam na esfera educacional, os âmbitos municipal, estadual e federal, bem como de organizações não governamentais (ONG) e setor privado. O documento foi proposto como um ponto de partida para construção de projetos que visassem desenvolver a educação profissional no Estado, servindo como uma diretriz. (LIMA, 2014, p. 34)

Observa-se assim, que o processo de planejamento do modelo a ser ofertado pelo estado inicia de forma participativa com o objetivo de envolver a sociedade. Deste plano, nasce a experiência, em 2008, com 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP integradas ao ensino médio, funcionando em tempo integral, regulamentada pela Lei nº 14.273/08. Para dar sustentação ao modelo pensado a secretária de Educação, do então governo, Izolda Cela de Arruda Coelho implanta uma Tecnologia Empresarial Sócio-educacional – TESE, como filosofia de gestão das escolas (modelo implantado pelos Procentros em Pernambuco) e o Projeto Diretor de Turma (modelo de gestão da sala de aula desenvolvido nas escolas públicas de Portugal).

Em 2009, segundo ano de implantação, o número de escolas passou para 51, com um considerável crescimento a cada ano, ao final de 2017 o número de EEEP's chegou a 117 escolas, com a oferta de 58 cursos e, aproximadamente, 50.000 alunos beneficiados (SEDUC, 2018). Importante salientar que a Filosofia de Gestão, o Projeto Diretor e Turma e um Currículo diversificado funcionando, de forma integrada, têm sido apontados como fatores relevantes frente aos resultados apresentados pelos estudantes até então, tanto nos índices de empregabilidade, inserção universitária e fluxo escolar. O gráfico a seguir demonstra a evolução na inserção universitária dos alunos que concluem o ensino médio integrado à educação profissional:



O Currículo, que possui uma carga horária de 900h/a semestrais, é composto por uma base comum da formação geral, uma parte técnica e outra diversificada, onde nesta última algumas disciplinas apontam complementar o desenvolvimento de uma formação integral dos estudantes, a

citar: disciplina de Projeto de Vida, disciplina de Mundo do Trabalho, disciplina de Empreendedorismo e disciplina de Formação para Cidadania. Em questionário aplicado e comentado no próximo tópico os estudantes concludentes dos terceiros anos indicam uma mudança considerável em sua formação pessoal e profissional advindas deste currículo ao longo dos três anos.

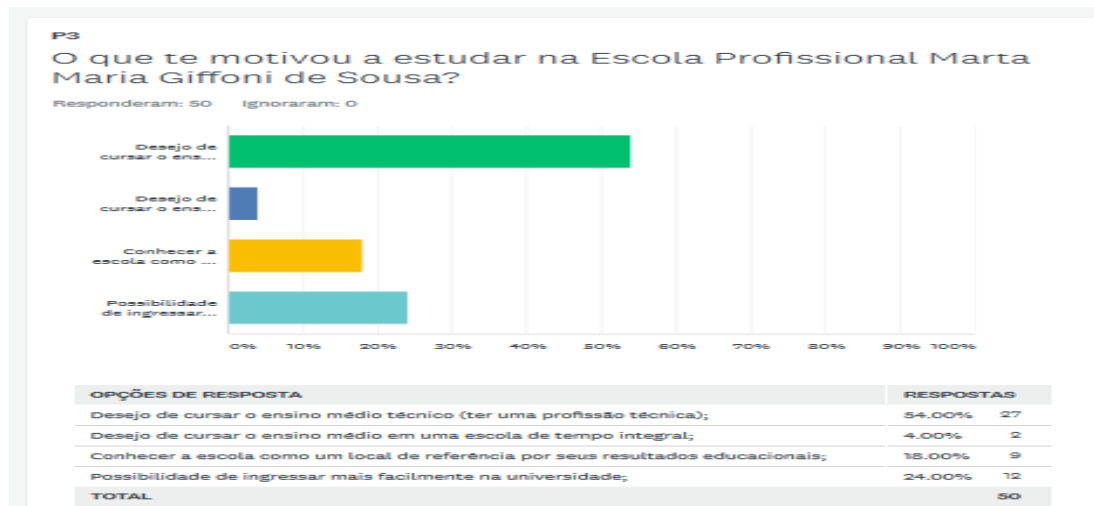
5 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Educação Profissional do município de Acaraú-CE, a partir de uma amostra aleatória com 50 alunos que estavam concluindo o 3º ano do ensino médio, em dezembro de 2017, em um universo de 161 alunos matriculados. A técnica adotada foi aplicação de um questionário, caracterizando uma abordagem quantitativa deste estudo. Por meio deste instrumental foi possível uma breve análise da visão dos sujeitos beneficiários da Política Pública de Educação Profissional integrada ao ensino médio, modelo executado pelo governo do Ceará, complementando o objetivo deste estudo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acaraú é uma cidade situada no litoral norte do Estado do Ceará e possui uma população de aproximadamente 62.000 habitantes (IBGE 2017). De acordo com dados do IBGE 2015 a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 6,8% e considerando domicílios com rendimento mensal de até ½ salário mínimo por pessoa é de 56,5% da população. Os dados também apontam que a população rural supera um pouco mais da metade que a da zona urbana. A base econômica do município é a pesca, seguida da pecuária e agricultura. Estas informações inferem que a cidade ainda se encontra em um lento processo de desenvolvimento haja vista seus 168 anos de emancipação, conforme dados do IBGE (2015).

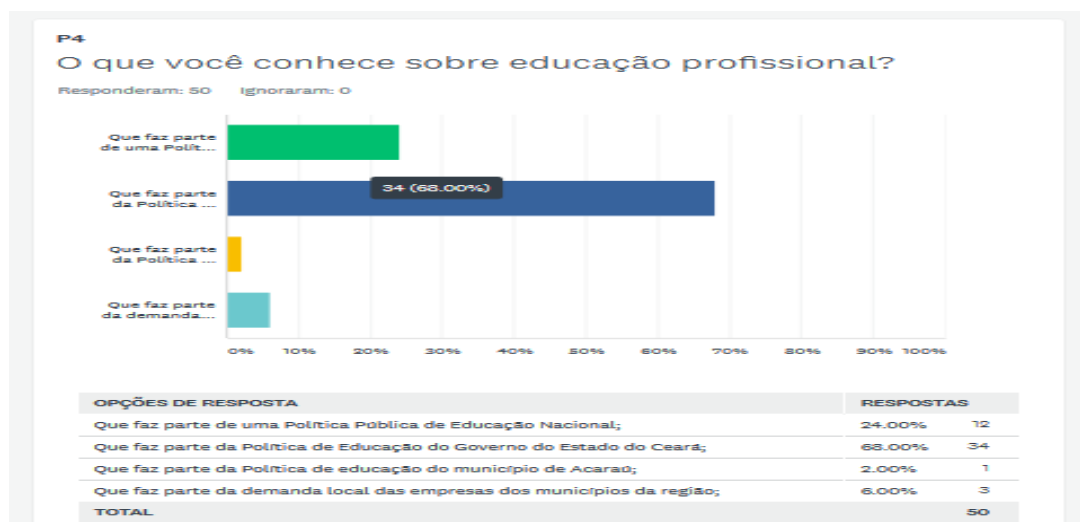
O público pesquisado identificou-se 50% pertencentes ao grupo de jovens da zona urbana e 50% à zona rural, este fator corresponde à realidade do público atendido pela instituição, onde pouco mais de 50% da matrícula total é formada por alunos da zona rural, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Gestão da Escola – SIGE. É possível inferir a necessidade de buscar uma profissão em todo âmbito municipal, cujo percentual de ocupação era de 6,8% da população, em 2015.



Fonte: Próprio autor

O gráfico acima expressa que a maioria dos estudantes buscou matrícula na escola profissional do município tendo em vista o desejo de fazer um curso técnico, seguidos de 24% de estudantes que viam a possibilidade de ingressar mais facilmente na universidade.

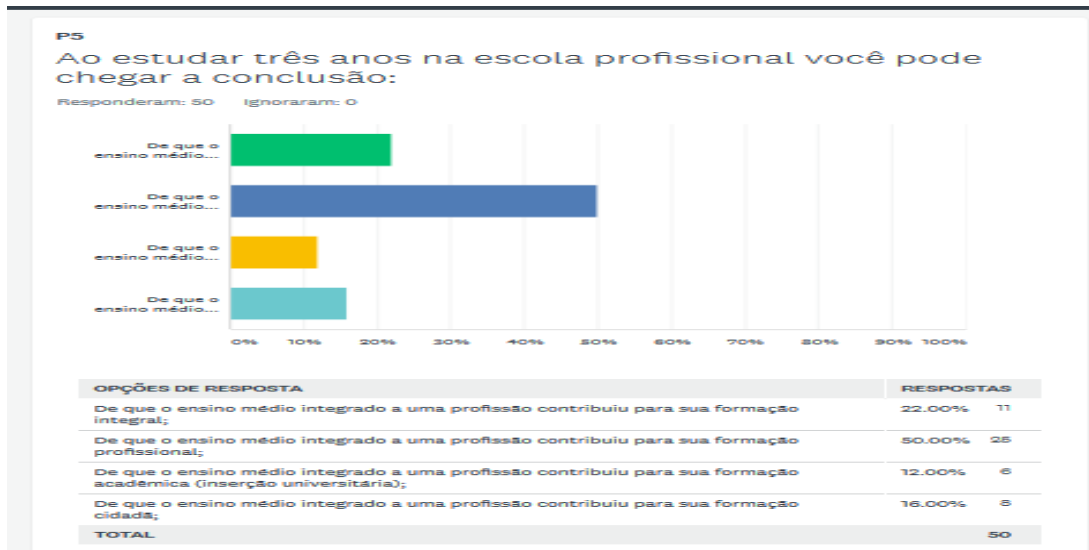
Quando indagados sobre o que conheciam da Política Pública de Educação Profissional 68% do público pesquisado respondeu que era uma Política Pública do Governo do estado do Ceará e 24% que era uma Política Pública da Educação Nacional. Podemos inferir que os sujeitos beneficiários das Políticas Públicas ainda precisam compreender melhor as mesmas, em especial, a agenda que motivou tal Política e que interesses a envolvem.



Fonte: Próprio autor

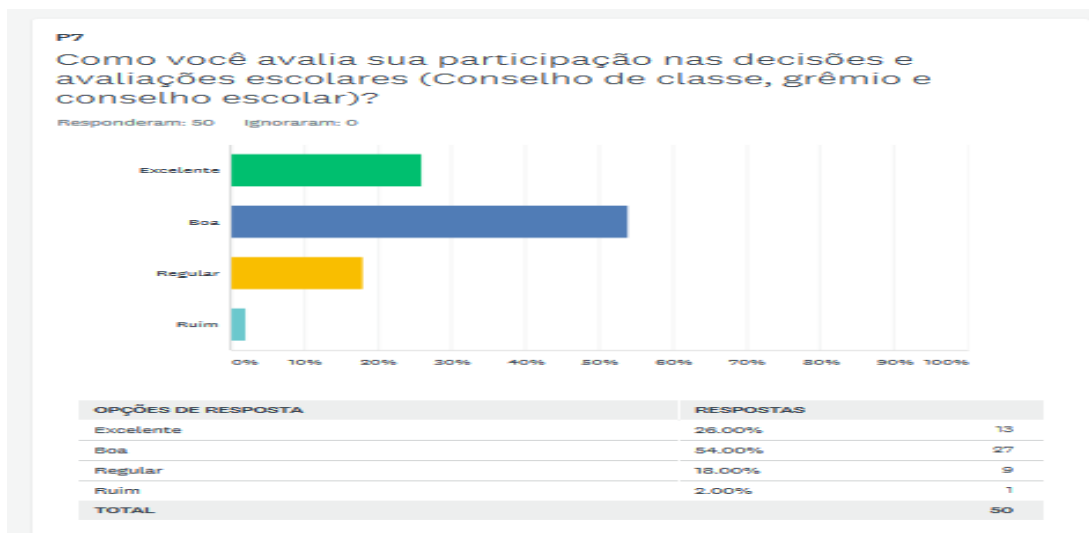
Quando se pergunta quanto à contribuição do ensino médio integrado à educação profissional, ao final dos três anos, 50% dos estudantes responderam que contribuiu para a formação profissional,

seguido de 22% que disseram ter contribuído para sua formação integral, 16% que contribuiu para sua formação cidadã e 12% reconhecem que contribui para a inserção universitária.



Fonte: Próprio autor

Ao serem consultados sobre a participação dos estudantes nas decisões e avaliações escolares 54% dos pesquisados responderam que consideram sua participação boa, 26% consideram excelente, 18% regular e apenas 2% ruim. Sendo possível a dedução de uma gestão escolar participativa e democrática.



Fonte: Próprio autor

Para finalizar, o quadro a seguir apresenta algumas das respostas à última pergunta do questionário que indagou sobre o quanto a experiência de estudar na escola profissional integrada ao

ensino médio, impactou na vida destes estudantes. Tais respostas nos levam a perceber que o desenho da educação profissional integrada ao ensino médio tem-se configurado como uma educação que aponta para a superação de uma educação dualista, onde o aluno tem a oportunidade de ampliação do conceito de mundo e trabalho, vislumbrando também o prosseguimento dos estudos e exercício da cidadania.

ALUNOS	DEPOIMENTOS
Aluno A	Mudou minha postura, hábitos e visões da vida, entrei na escola com um pensamento e sairei com um totalmente diferente, com uma maturidade para pensar com responsabilidade nas atitudes que terei que traçar para o futuro, e com um potencial para ingressar no mercado de trabalho.
Aluno B	Tornei-me uma pessoa mais crítica e responsável, com uma visão de futuro bem mais ampliada.
Aluno C	Minhas perspectivas de vida, contribuindo para melhora disciplinarmente, maturidade, criação de um projeto de vida, além de uma formação técnica, a qual posso trabalhar como profissional autônomo enquanto estudo em uma universidade pública que consegui passar antes da conclusão do ensino médio.
Aluno D	Ganhei mais responsabilidade para tomar decisões em minha vida, fora que pude ganhar mais foco em minha vida com o projeto de vida, assim como a visão empreendedora e um olhar mais vigoroso pro futuro.
Aluno E	Hoje sou bem preparada para atuar no mercado de trabalho e na sociedade, de acordo com minhas obrigações e direitos, pois a escola profissionalizante me mostrou o valor que tem uma pessoa que atua realmente nas atividades cidadãs.
Aluno F	A escola profissional me ensinou a ser uma pessoa melhor, respeitando o próximo, respeitando as diferenças, aprendi boas condutas, aprendi a conviver, a ter mais responsabilidades e ser uma pessoa crítica. Na escola vivi os melhores momentos e conheci as melhores pessoas e que se preocupam com o meu futuro, hoje quase formada só tenho a agradecer por ter feito parte dessa instituição.

Fonte: Próprio autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perfizemos um histórico de crescimento econômico que não caminhou aos mesmos passos que o desenvolvimento da nação, pelo contrário foi um crescimento que favoreceu extremas desigualdades, as quais são responsáveis pelo atraso e intensos problemas sociais vivenciados. Um Estado que não conseguiu se converter regulador, pelo contrário um fazedor de ajustes que se configuram conjunturais a atender ao sistema capitalista e interesses individuais.

Todavia após a redemocratização do país foi possível observar uma sociedade que começa a se organizar em movimentos que passaram a exigir Políticas Públicas que não só compensassem, mas favorecessem mudanças estruturais, ou seja, reais mudanças sociais. Movimentos estes, conforme

expressa Costa (2015), que têm conseguido uma participação efetiva nas políticas, embora muitas vezes, sejam vítimas desse processo invertendo a representação dos interesses sociais, numa intrincada relação entre os interesses privados e estatais.

Observa com este estudo o quanto as Políticas Públicas podem influenciar na melhoria das desigualdades e que a educação é um dos caminhos mais propícios para este fim. Investir em Políticas de Educação numa visão de escola unitária e de qualidade acarreta a médio e longo prazo numa sociedade com consciência para superar o modelo de exploração da cultura brasileira e desenvolvimento da nação.

O debate em torno da educação profissional tem sido marcado por tensões e inflexões de divergentes linhas de pensamento, em especial, após o período de redemocratização do Brasil. Um dos pontos gira em torno da postura do Estado na sustentação da histórica concepção dualista educacional, que polariza uma formação para o trabalho e outra formação para prosseguimento no ensino superior. Dada esta realidade, para o estudante pertencente à classe trabalhadora conseguir ao final do ensino médio ingressar no mundo do trabalho ou no ensino superior representa sua inclusão na competitiva sociedade contemporânea.

O modelo apresentado neste artigo é um recorte da Política Pública de Educação Profissional integrada ao ensino médio, desenvolvido durante o Governo Lula, que toma uma configuração pioneira no país, na política do Governo Cide Gomes, no Ceará, apresentando-se como um modelo que tem gerado relevantes indicadores de formação integral. A experiência tem gerado bons indicadores na vertente do fluxo escolar, inserção no mercado de trabalho e universidade. Não se pode negar que a estrutura física e curricular das ETECs sinaliza um ideário de escola que deveria ser universal a juventude brasileira. As falas dos estudantes gravitam no sentido de orgulho por simplesmente experienciar este modelo de escola que para a comunidade local passa a ser símbolo de inclusão social.

É necessário, todavia, avaliar os aspectos facilitadores e também as fragilidades que se configuraram ao longo deste modelo de escola e atentar como a nova política de educação do atual governo pode influenciar para o “desmonte” deste modelo e impactos gerados.

Neste ínterim, espera-se que a mobilização social se faça efetivar na busca constante de uma educação que possibilite inclusão e libertação social. Faz-se, deste modo, referência às palavras finais do texto “As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios” de Araújo (2003), anseia-se por um espaço para a participação nas decisões e implementações das Políticas Públicas a favor de políticas sociais, de saúde, de educação e segurança, enquanto proposta de um Estado transformador.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar, Santos Junior, Orlando Alves dos... [et al.]. (organizadores). **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Presidência da República. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o §2º do artigo 36 e os artigos de 39 a 41 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Políticas públicas no brasil: uma agenda de pesquisas**. Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v.6, n.2, p.135-166, jul/dez. 2015. Recebido em: 20/05/2015. Aceito em 06/07/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Ana Léa Bastos. **Escolas Estaduais de Educação Profissional – A Experiência de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Ceará a partir de 2008**. Juiz de Fora: Dissertação – CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, 2014.

RAMOS, M. **Educação profissional: História e Legislação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

_____. **Educação Profissional: Políticas de Educação Profissional no Brasil**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. V.12. Nº 34. Jan./Abr. 2007.

<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional>. Acesso em: 09 de janeiro de 2018

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/acarau/panorama>. Acessado em: 10 de janeiro de 2018